EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 40/2026

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP NOS ITENS CUJO VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA SEJA DE ATÉ R$80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

MODO DE DISPUTA ABERTO

Processo licitatório regido pela Lei N.º 14.133/2021, Lei Complementar N.º 123/2006, Decreto Municipal N.º 177, de 29 de novembro de 2023, Decreto Municipal nº 022, de 03 de Março de 2022 e demais Leis e Decretos que regem a matéria.

Tipo	MAIOR TAXA DE DESCONTO
Objeto	REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO PARA ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVELPARA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS MT.
SESSÃO PUBLICA PARA DISPUTA DE LANCES	
Dia	23/09/2026
Início da Disputa:	9h (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)
Pregoeiro	JEFFERSON PEREIRA OLIVIERA
Plataforma/Site	www.licitanet.com.br
INFORMAÇÕES	
Dias	Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente)
Horários	Das 7h às 13h (Horário de Mato Grosso)
Telefones	(65) 9 9925-4815 (WhatsApp e Ligações)
Local	www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br e www.licitanet.com.br
E-mail	licitacao@saojosedosquatromarcos.mt.gov.br

RETIRADA DO EDITAL PELA INTERNET

O Edital pode ser obtido no site oficial do Município <www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br >, em Portal da Transparência > Licitações > Licitações em andamento. O licitante interessado é responsável pelo acompanhamento das informações referentes a licitação, como retificações do Edital e eventuais prorrogações da sessão, que serão publicadas nos órgãos oficiais, bem como, na plataforma Licitanet e no site oficial do Município.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO (Horário de Brasília - DF):
Recebimento das propostas: A partir da publicação até às 8h59min do dia 23/09/2026.

Análise de propostas e início da disputa: 9h do dia 23/09/2026.

Endereço eletrônico da disputa: <www.licitanet.com.br>

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 40/2026

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP NOS ITENS CUJO VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA SEJA DE ATÉ R$80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

O Município de São José dos Quatro Marcos, através de seu Pregoeiro designado pela Portaria N.º 439/2023, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei N.º 14.133/21, Lei Complementar N.º 123/06, Decreto Municipal N.º 177/23 e demais Leis e Decretos que regem a matéria, farão realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – MODO DE DISPUTA ABERTO, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

Este processo licitatório será realizado em sessão pública, por meio eletrônico, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro do Município, denominado PREGOEIRO e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, constante na página LICITANET - licitações *on-line* – <www.licitanet.com.br>.

O instrumento convocatório e todos os seus elementos, integrantes ao processo, estarão/encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br >, ícone "Portal da Transparência > Licitações > Licitações em andamento".

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente processo é para REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO PARA ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS MT, ***devendo os licitantes atentar-se aos detalhes especificados neste, evitando futuras solicitações de desistência.***

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas com a execução do objeto desta licitação foram estimadas conforme documentos constantes dos autos do processo licitatório: orçamentos com empresas do ramo, onde se tratando de itens com quantidades relativamente mais práticos para a pratica de dispensa aos munícipes beneficiados, dificultou o atendimento ao Decreto nº 192 de 12 de dezembro de 2023, onde o mesmo regulamenta os procedimentos de cotação de preços, onde a secretaria demandante optou pela justificativa de acordo com § 1º do art. 4 do referido Decreto.

2.2. As despesas correrão à conta de dotação orçamentária consignada da seguinte forma:

ORGÃO	UNID	PROJ/ATIV	DESCRIÇÃO	CATEGORIA	FONTE
02	02	2005	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE GABINETE	3.3.90	500
02	03	2015	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	3.3.90	500
02	04	2023	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	3.3.90	500
02	05	2193	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	3.3.90	500
02	06	2195	MANUTENÇAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	3.3.90	500
02	07	2044	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE FOMENTO AGROP. IND. E COMERCIO	3.3.90	500
02	08	2048	MANUTENÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DA SAÚDE	3.3.90	500
02	09	2071	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.3.90	500

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação quaisquer interessados que atendam às exigências e condições devidamente estabelecidas por este Edital e que explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

3.2. Não poderão participar:

a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu anexo;
b) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
c) Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar de licitações em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei N.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
g) Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
h) Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei N.º 14.133/2021.

i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nesta condição;

j) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, quando for o caso;

k) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.1 O impedimento de que trata o item d será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 1º da Lei N.º 14.133/21).

3.2.2 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas j e k, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.2.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.2.4 O disposto nas alíneas j e k não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.2.5 A vedação de que trata a alínea h estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.3. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei N.º 14.133/2021.

4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

4.1. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública, via internet, sob sua responsabilidade.

4.1.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de ***Home Broker***, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <www.licitanet.com.br>;

4.2. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos ofertados pela Plataforma LICITANET.

a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, conforme tabela abaixo:

30 dias	90 dias	365 dias	PLANO AVULSO
R$ 161,00	R$ 341,00	R$ 827,00	R$ 107,00

4.3. O *login* e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência junto a **LICITANET – Licitações *On-line*** ou canceladas por solicitação do mesmo.

4.3.1 A manutenção ou alteração da senha de acesso será feita através de pedido do licitante junto ao atendimento *on-line* (*chat*) do site **LICITANET – Licitações *On-line***, sendo enviada para seu *e-mail* a nova senha.

4.4. O sigilo da senha é de **EXCLUSIVA** responsabilidade do licitante.

4.4.1. Inclui-se a esta responsabilidade qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, à Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos - MT ou ao pregoeiro, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso, se for o caso.

4.6. O cadastramento do licitante junto à Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

4.7. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: **(34) 3014-6633, (34) 2512-6500 e *Whatsapp*: (34) 2512-6504, (34) 2512-6505 e (34) 2512-6506** ou pelo e-*mail* <fornecedor@licitanet.com.br>.

4.8. As microempresas ou as empresas de pequeno porte, no momento de seu cadastro, deverão manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, o estabelecido na Lei Complementar N.º 123/2006 e ainda suas alterações/inclusões pela Lei Complementar N.º 147/2014.

4.8.1. A **não declaração** do licitante, em referência à Lei Complementar N.º 123/2006 e suas alterações/inclusões pela Lei Complementar N.º 147/2014 caso se enquadre, implicará no IMPEDIMENTO DO LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA MESMA.

4.8.2 A declaração falsa dos requisitos do credenciamento sujeitará às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais do certame.

4.9. A interconexão com a rede mundial de computadores (internet) é/será de responsabilidade EXCLUSIVA dos licitantes interessados.

5. DA APRESENTAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio da plataforma utilizada para a realização do processo licitatório, a proposta com a DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS OFERTADOS, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e MARCA (EXCETO PARA BENS DE FABRICAÇÃO PRÓPRIA OU PARA SERVIÇOS), até o horário limite de início da sessão pública, quando então, encerrar-se-á, automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1. As propostas registradas na "plataforma" NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação do licitante na proposta registrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo pregoeiro.

5.1.2. No caso de pregão para AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, a coluna referente a indicação de marca deverá ficar em branco ou ser inserida a expressão "marca própria".

5.1.3. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão pública de lances. A cada lance ofertado o participante será, imediatamente, informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor (R$).

5.3. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital, bem como as demais declarações exigidas pela plataforma, que se encontram unificadas no documento denominado **Declaração Única**, firmada no momento de anexar a proposta.

5.4. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá assinalar, em campo próprio, sua condição, sob pena de não utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar N.º 123/2006 – e, se for o caso, outras que regem a matéria - durante o certame.

5.5. A falsa declaração relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

5.6. As propostas iniciais ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.6.1. Até 30 (trinta) minutos antes do horário marcado para abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.6.2. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. O licitante será **inteiramente responsável** por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como, acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.8. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

5.9. Um licitante, ou grupo, suas filiais, ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico, ou financeiro, somente poderá apresentar **uma única proposta de preços**. No caso de um licitante participar em mais de uma proposta de preços, estas propostas serão desconsideradas e rejeitadas pela entidade promotora da licitação.

5.9.1. Para tais efeitos, serão consideradas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou

financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5% (cinco por cento)) ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

5.10. Nenhuma empresa ou instituição vinculada ao Município será elegível para participar deste processo licitatório.

5.11. Nas propostas de preços REGISTRADAS no sistema eletrônico, deverão ser observadas as seguintes condições:

a) Preço unitário e total para o item, expresso em moeda corrente nacional (R$), com no máximo 02 (duas) casas decimais.
b) Na proposta ofertada deverão estar inclusos todos os insumos que a compõem, tais como impostos, ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) e/ou ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza) - conforme o caso -, taxas, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

5.12. A proposta registrada implicará em plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.13. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

5.14. Serão desclassificadas as propostas que:

a) Identificarem o licitante;
b) Apresentarem valores/percentuais de desconto simbólicos ou valor/percentual zero;
c) Não indicarem a marca do produto ofertado (com exceção para produtos de fabricação própria ou serviços);
d) Contiverem vícios insanáveis;
e) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
f) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital e seus anexos, desde que insanável.

5.15. Caso julgue necessário, o pregoeiro submeterá a documentação relativa à proposta apresentada pelos participantes à equipe técnica da Unidade solicitante do objeto, para que os mesmos analisem e emitam parecer técnico dos produtos e/ou serviços ofertados.

6. DAS REGRAS APLICÁVEIS A PREGÃO COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP NOS ITENS COM VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DE ATÉ R$80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

6.1. Nos termos da Lei Complementar N.º 123/06, artigos 47 e 48, inciso I e DECRETO nº 022, de 03 de Março de 2022, quanto ao "tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado às microempresas de pequeno porte nos processos de licitações públicas no município de São José dos Quatro Marcos-MT", os itens cujo valor total de referência seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) são reservados para participação exclusiva de licitantes enquadrados como ME/EPP, o que não impede das mesmas também apresentar propostas para os itens cujo valor total de referência ultrapasse este teto.

6.2. Os licitantes não enquadrados como ME/EPP poderão apresentar proposta somente para os itens cujo valor total de referência ultrapasse R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme valores

constantes do Anexo VI (Relatório do Sistema).

6.3. CASO SEJAM APRESENTADAS PROPOSTAS PARA OS ITENS EXCLUSIVOS POR EMPRESAS NÃO ENQUADRADAS NA CONDIÇÃO DE ME/EPP, AS PROPOSTAS SERÃO, AUTOMATICAMENTE, DESCLASSIFICADAS.

7. DOS BENEFÍCIOS APLICÁVEIS ÀS LICITANTES ENQUADRADAS COMO ME/EPP/MEI

7.1. Para fins de aplicação dos efeitos da Lei Complementar N.º 123/2006, os licitantes enquadrados como ME/EPP deverão declarar sua condição, em campo próprio, no momento de inserir proposta e documentos, nos termos das cláusulas 5.4 e 5.5.

7.1.1. **No caso de bens divisíveis**, nos itens em que o valor total de referência ultrapasse R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será reservada cota de 25% (vinte e cinco por cento) para a participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos da Lei Complementar N.º 123/06, art. 48, inciso III.

7.1.2 O licitante que apresentar declaração falsa **responderá** por seus atos, cível, administrativa e penalmente.

7.2. Uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará de forma automática, em coluna própria, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar N.º 123/2006.

7.2.1. Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances.

7.3. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.3.1. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo estabelecido para a desistente/a que não manifestou-se.

7.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, a convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

7.6. Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) Empresas estabelecidas no território do Estado de Mato Grosso;
b) Empresas brasileiras;
c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei N.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.7. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.8. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, nos termos da Seção X, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.9. As regras previstas acima referentes ao empate ficto não se aplicam no caso de licitação exclusiva para ME/EPP/MEI.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A abertura da sessão pública desta licitação, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, em plataforma eletrônica, que poderá ser acesso em <www.licitanet.com.br>.
8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá, exclusivamente, por troca de mensagens, em campo próprio, do sistema eletrônico.
8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão;
8.4. Devido ao caráter sigiloso das licitações, na fase de lances, **o pregoeiro não atenderá ao telefone para responder questões inerentes ao presente processo licitatório**.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. Somente os licitantes que apresentarem proposta de preços em consonância com o que dispõe o Edital poderão apresentar lances para o item ou lote cotado, exclusivamente, por meio do Sistema Eletrônico, sendo, imediatamente, informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.1.1. Os lances serão ofertados pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM.

9.1.2. No julgamento por "menor preço", serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R$) com, no máximo, 02 (duas) casas decimais.

9.2. A abertura e fechamento da fase de lances "via internet", será feita pelo pregoeiro.

9.3. Os licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação.

9.4. O licitante somente poderá oferecer lances de valor inferior ou desconto superior ao último por

ele ofertado e registrado pelo sistema - LANCE INTERMEDIÁRIO.

9.5. O licitante somente poderá oferecer lances de valor inferior ou desconto superior ao último lance do concorrente que tenha sido, anteriormente, registrado pelo sistema - LANCE INTERMEDIÁRIO.

9.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser igual a 0,01 %.

9.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor ou percentual de desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.8. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, dos lances registrados. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública de lances.

9.9.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, ocorrerá sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública de lances encerrar-se-á automaticamente.

9.9.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.10. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R$), com valores com, no máximo, 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO V – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e o licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no *chat*, por meio de mensagens, para atualização do referido lance e/ou, realizar a atualização dos valores, arredondando-os PARA MENOS, automaticamente, caso o licitante permaneça inerte.

9.11. Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei N.º 14.133/2021 e neste Edital.

9.12. As empresas que, porventura, errarem na digitação dos seus lances, poderão solicitar, pelo *chat*, o cancelamento do lance para o pregoeiro. Contudo, caso o pregoeiro detecte que o lance ofertado apresenta indícios de erro de digitação, poderá excluí-lo, sem a manifestação da empresa, visando manter a regularidade do certame.

9.13. A regra disposta no item acima será aplicada somente nos casos de erro de digitação. Caso o

licitante solicite o cancelamento do seu lance e, não for caracterizado erro de digitação, mediante a observação da regularidade dos lances apresentados, o pregoeiro estará desobrigado de cancelar o lance, devendo o licitante arcar com o custo de acordo com o lance ofertado.

9.14. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.14.1. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.14.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e será reiniciada somente após comunicação expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação, no site <www.licitanet.com.br>.

9.15. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor orçado para o respectivo item/lote e, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente.

9.16. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item/lote.

9.17. Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus recorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, até a promulgação do vencedor.

9.18. A desistência em apresentar lances implicará na exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro negociará condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.1.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração (artigo 59, inciso III da Lei N.º 14.133/2021).

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.4. O licitante vencedor anexará na plataforma a proposta readequada ao último lance ofertado, após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e/ou já apresentados.

10.4.1. Excepcionalmente, caso não seja possível anexar a proposta ou documentos na plataforma, no caso de indisponibilidade do sistema, o pregoeiro poderá permitir o envio dos mesmos ao e-mail

<licitacao@saojosedosquatromarcos.mt.gov.br>, sendo o envio/recebimento confirmado no *chat*.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA APÓS A FASE DE LANCES

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no Edital e seus anexos, atentando-se ainda para propostas manifestamente inexequíveis.

11.2. Nos casos em que o pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, permite-se proceder as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta.

11.3. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último.

11.4. Quando for o caso, havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o pregoeiro procederá a correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando, em consequência, o valor da proposta.

11.5. Serão desclassificadas as propostas que:

a) Contiverem vícios insanáveis;

b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital;

c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública;

e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital e seus anexos, desde que insanável.

11.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública.

11.7. Nos termos do artigo 59, inciso IV da Lei N.º 14.133/2021, o pregoeiro convocará o licitante que ofertar proposta, manifestamente, inexequível para comprovação da exequibilidade e possibilidade de cumprimento do contrato, sendo as planilhas e documentos apresentados avaliados pela Administração Pública.

11.8. A critério do pregoeiro, será aceita a proposta aparentemente inexequível caso o licitante firme declaração expressa de que sustentará o lance/valor ofertado, anexando o documento através de funcionalidade disponível no sistema (HABILITANET ou DOCS. LEGAIS) no prazo estipulado pelo pregoeiro, que registrará o ocorrido na ata da sessão.

11.8.1 **Neste caso, o licitante fica ciente de que não será deferido pela Administração pedido de revisão de ata ou de reequilíbrio de contrato antes de efetuadas no mínimo 03 (três) entregas do objeto/serviço licitado.**

11.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições anteriores, serão observadas as seguintes regras:

a) A análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:

a.1). Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado;

a.2). No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao Edital.

b) Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta

e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública, independentemente do regime de execução.

c) Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública, equivalente a diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo às demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

d) Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

e) Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração Pública, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta

f) O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração Pública, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração Pública, bem como, com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

g) Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

g.1) O ajuste de que trata este dispositivo limita-se a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas

g.2) Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.10. No caso de exigência de apresentação de amostra no Termo de Referência, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no referido documento, anexo a este Edital, **sob pena de não aceitação da proposta**.

11.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a(à) todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

11.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

11.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

11.14. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for(em) aceita, o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

11.15. Caso necessário, o pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital

complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema (HABILITANET), no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.15.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente, aceita pelo pregoeiro.

11.15.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado na proposta, tais como modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou outros que o pregoeiro achar necessário, encaminhados por meio eletrônico ou, se for o caso, por outro meio nos prazos indicados pelo pregoeiro, sendo que o não atendimento pode resultar na não aceitação da proposta.

11.16. Havendo e conforme necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.17. Se a proposta de preços não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital.

11.18. Atendidas as especificações do Edital e tendo sido aceita a proposta, o pregoeiro declarará a empresa vencedora do respectivo item(ns) ou lote, passando à fase de habilitação.

11.19. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão eletrônico constarão em ata, divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Encerrada o prazo de envio da Proposta Final, o pregoeiro concederá o **prazo de 02 (duas) horas para que o licitante mais bem classificado anexem os documentos de habilitação** exigidos nesta seção (Lei N.º 14.133/2021, artigo 63, inciso II).

12.2. Os documentos de habilitação deverão ser anexados no prazo estabelecido pelo pregoeiro, sob pena de inabilitação/desclassificação.

12.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça <www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php>.

12.5. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:26129291011010::NO:3,4,6::>;

12.5.1. Para a consulta de fornecedores de pessoa jurídica **poderá** haver a substituição das consultas das alíneas acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

12.5.2. A consulta aos cadastros prevista nos itens a e b será realizada em nome da empresa fornecedora **e também de seu(ua) sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei N.° 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao(à) responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.5.3. Caso conste na consulta de situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas

Indiretas, o agente diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.5.4. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.5.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.5.6. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

12.5.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar N.º 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

13.1. Registro comercial, no caso de empresa individual ou requerimento de empresário no caso de MEI, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

13.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores em exercício.

13.1.2. Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

13.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.1.4. Cópia de cédula de identidade ou qualquer outro documento oficial de identificação com foto dos sócios, diretores ou do proprietário da empresa.

14. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

14.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

14.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional e com a seguridade social (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB N.º 1.751/2014).

Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, caso haja, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

14.2.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário.

14.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal através da certidão negativa de débitos municipais.

14.2.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal.

14.2.4. Prova de regularidade de débitos trabalhistas, disponível nos portais na internet: <www.tst.gov.br/certidao> <www.tst.jus.br/certidao>.

14.3. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica;

14.4. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de 31.1.4. Consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

14.5. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS -DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir, registrado na Junta Comercial;

14.5.1. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

14.5.2. Sociedades regidas pela Lei n. 6.404/76 (sociedade anônima):

14.5.3. Publicados em Diário Oficial ou;

14.5.4. Publicados em jornal de grande circulação ou;

14.5.5. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

14.5.6. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

14.5.7. Acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente ou;

14.5.8. Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

14.5.9. Sociedade sujeita ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP):

14.5.10. Acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou;

14.5.11. Declaração simplificada do último imposto de renda ou se cadastradas e optantes pelo "SIMPLES NACIONAL", deverão apresentar Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DE-FIS/PGDAS-D.

14.5.12. Sociedade criada no exercício em curso ou inativa no exercício anterior:

14.5.13. Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio das licitantes nos casos de sociedades anônimas;

14.5.14. O MEI (Micro Empreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI).

14.5.15. Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Micro Empreendedor.

14.5.16. O balanço patrimonial, as demonstrações contábeis e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constantes do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado;

14.5.17. Todas as formas societárias deverão apresentar Certidão de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, emitida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica em plena validade;

14.5.18. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

14.5.19. Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 787/2007 da RFB e disciplinado pela IN nº 109/2008 do DNRC, apresentarão documentos extraído do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped ou através do site da Junta Comercial do Estado da sede da licitante, na seguinte forma:

14.5.20. Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

14.5.21. Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

14.5.22. Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

14.5.23. Prova de que possui, até a data da apresentação da proposta deste Edital, Capital Social ou Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) conforme o art. 69 da Lei 14.133/2021 do valor total estimado da contratação ou item pertinente. Comprovado através do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social ou Certidão emitida pela Junta Comercial .

14.6. DECLARAÇÕES:

14.7. Além da Declaração Única, preenchida no momento de cadastro da proposta, no caso de aquisição de serviços, inclusive de engenharia, apresentar as declarações abaixo:

a) Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação OU Atestado de Vistoria Técnica, nos termos do artigo 63, § 2º da Lei N.º 14.133/2201, devendo ser agendada com a Coordenadoria de Engenharia (obras/serviços de engenharia) ou Secretaria demandante - outros serviços - nos telefones (65) 3241-3090/1012 (modelo no Anexo II deste Edital).

b) No caso de obras, serviços de engenharia ou para a contratação de serviços terceirizados em regime de dedicação exclusiva de mão de obras, apresentar declaração de compromisso de contratação de pessoas presas ou egressas do sistema prisional (em atendimento à Recomendação Orientativa Conjunta N.º 01/2023-TCE-MPC-MT) - (modelo no Anexo III deste Edital).

14.8. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, EXCLUSIVAMENTE, por meio de funcionalidade presente no sistema (*upload*), anexando-os ao HABILITANET no sistema eletrônico.

14.9. Somente mediante autorização do pregoeiro e, em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do *e-mail* licitacao@saojosedosquatromarcos.mt.gov.br

14.10. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.11. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, com exceção daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.12. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

14.13. 12.7. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

14.14. A certidão de regularidade fiscal/trabalhista emitida por meio eletrônico não apresentada ou apresentada com prazo de validade expirado por quaisquer licitantes ensejará verificação pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio, no site oficial do respectivo órgão e, se comprovada a regularidade, será juntado aos autos a respectiva certidão.

14.15. Para licitante enquadrado como ME/EPP/MEI, caso a diligência seja infrutífera, persistindo a irregularidade junto ao Fisco, o pregoeiro concederá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração de vencedor, para apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa pelo referido licitante.

14.16. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerido pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.17. A não regularização no prazo previsto no item 12.9 acarretará a inabilitação do licitante, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa e/ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar

quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14.20. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no Edital e seus anexos.

14.21. As atividades previstas no Contrato Social dos licitantes devem ser compatíveis com o objeto da licitação.

14.22. Poderá o pregoeiro declarar erro formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração Pública, devendo também, se necessário, promover diligências para dirimir dúvida, em nome do princípio do formalismo moderado.

14.23. Não constituirá causa de inabilitação ou desclassificação, a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou a idoneidade do documento.

14.24. Constatado, através de diligências, o não atendimento ao estabelecido, o pregoeiro considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão.

14.25. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14.26. Todos os documentos deverão estar perfeitamente legíveis.

15. DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema - clicar no botão **ENTRAR C/ RECURSO** -, manifestar sua intenção de recorrer.

15.2. O pregoeiro assegurará a seu critério, tempo mínimo de **15 (dez) minutos**, para que o licitante manifeste motivadamente sua intenção de recorrer.

15.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, caso queiram, apresentarem contrarrazões, também pelo sistema eletrônico, em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.4. **A manifestação de interposição do recurso, somente será possível por meio eletrônico (campo próprio do sistema LICITANET).**

15.5. Deve o licitante atentar-se aos prazos (datas e horários) registrados no sistema.

15.6. Nesse momento, o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.7. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a preclusão do direito de recurso e adjudicação do objeto pela Autoridade Superior ao vencedor.

15.8. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, nos termos do §5º do artigo 165 da Lei N.º 14.133/2021.

15.9. O recurso de que trata a cláusula 13.2 será dirigido ao pregoeiro que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à Autoridade Superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.10. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

15.11. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar com o Município de São José dos Quatro Marcos - MT caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.12. No caso do *caput* deste item, o recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, o encaminhará com sua motivação à Autoridade Superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação e, decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.15. As decisões do pregoeiro e da autoridade competente serão informadas em campo próprio do sistema eletrônico, estando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

15.16. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o resultado da licitação para determinar a contratação.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a ata/contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, §1º da Lei Complementar N.º 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico, *chat* e/ou *e-mail*, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.4. A convocação feita por *e-mail* dar-se-á de acordo com os dados contidos na plataforma

LICITANET, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais e *e-mail* atualizados.

17. DAS REGRAS APLICÁVEIS AO REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Serão aplicadas as seguintes regras, no caso de pregão no sistema de registro de preços:

a) DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA PARA FORNECIMENTO:

a.1). Após o encerramento da etapa competitiva, o pregoeiro convocará os licitantes para, no prazo de 02 (duas) horas, comporem o cadastro de reserva, reduzindo seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado;

a.2) A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao(à) licitante melhor classificado;

a.3) Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao(à) do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva (lance);

a.4). Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame não assine a Ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas no artigo 27 do Decreto n° 177/2023.

b) DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

b.1). Após a adjudicação do pregão, o pregoeiro convocará o licitante, por meio de AVISO no sistema eletrônico, para assinar digitalmente a Ata de Registro de Preços (ARP), fixando o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para sua assinatura;

b.2) O prazo acima estabelecido poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso e, desde que devidamente aceito pelo pregoeiro;

b.3) Ultrapassado o prazo de convocação, não tendo a adjudicatária assinado a ARP, opera-se a decadência do direito à assinatura, sem prejuízo das sanções previstas na Lei N.º 14.133/2021;

b.4). Neste caso, dando continuidade aos procedimentos, o pregoeiro convocará o licitante remanescente do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para firmar a ARP em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado;

b.5) A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária e terá sua vigência por 12 (doze) meses a partir da sua adjudicação, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

b.6) Serão formalizadas tantas ARPs quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados, marcas ofertadas e demais condições;

b.7) O fornecimento dos materiais/serviços se dará através do envio de Pedido de Empenho pela secretaria demandante por meio digital, conforme *e-mail* fornecido pelo licitante, sendo de sua responsabilidade manter os dados cadastrais atualizados junto à plataforma;

b.8) O prazo e condições de entrega dos produtos/execução dos serviços são os previstos no Termo de Referência, anexo ao presente Edital.

c) DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

c.1) Nos termos da Lei N.º 14.133/2021 e art. 30 e 31 do Decreto nº 177/2023 e suas alterações, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

d) DOS ACRÉSCIMOS:

d.1) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei N.º 14.133/2021;

d.2) A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços obedecerá ao disposto no Capítulo V da Lei N.º 14.133/2021;

d.3) Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 104 da Lei N.º 14.133/2021;

d.4) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preço;

d.5) A alteração na Ata de Registro de Preços é independente da alteração dos contratos, que seguem rito em separado.

e) DO CONTROLE DE PREÇOS:

e.1) O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

e.2). Quando o preço praticado no mercado se tornar inferior ao preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores ou prestadores de serviços, visando a negociação para redução do preço e sua adequação ao praticado pelo mercado;

e.3). Frustrada a negociação, o fornecedor ou prestador de serviços será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, e serão convocados os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

e.4). Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços;

e.5). Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, será efetuada negociação entre o órgão gerenciador e o fornecedor, podendo ser aditada a Ata para restabelecer o preço de mercado;

e.6). Caso o fornecedor não puder cumprir com o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

e.6.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, caso confirmada a veracidade do motivo e comprovante apresentado;

e.6.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

e.6.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

f) DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

f.1) O fornecedor ou prestador de serviços terá seu registro cancelado quando:

f.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

f.1.2. Não retirar a respectiva nota/pedido de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido sem justificativa aceitável ou não assinar a Ata no prazo estipulado pela Administração Pública;

f.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e após 60 (sessenta) dias da proposta apresentada;
f.1.4. Não houver êxito nas negociações no caso do preço registrado se tornar superior ao de mercado;
f.1.5. Recusar-se a entregar, no prazo estabelecido, os produtos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
f.1.6. Sofrer sanção(ões) prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei N.º 14.133/21;
f.1.7. Estiverem presentes razões de interesse público, devidamente justificado pela Administração Pública, sem que gere motivos de indenização ao(à) fornecedor.
f.2) O cancelamento de registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurará o contraditório e a ampla defesa, formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador;
f.3) O fornecedor ou prestador de serviços poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

17.2. O Município poderá adquirir a quantidade total de itens estimada para a presente licitação.

17.3. Não serão estipuladas quantidades mínimas a serem cotadas, devendo os licitantes ofertar proposta para o quantitativo total de itens ou grupo de itens.

17.4. Fica vedada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital, obrigando-se ao fornecimento da quantidade estimada para o período de vigência da Ata, que será solicitada de forma parcelada, de acordo com a necessidade da Secretaria demandante.

17.5. **Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado da Administração, nos termos do art. 25, § 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021.**

17.6. Após o interregno de 01 (um) ano, independentemente de solicitação da contratada, os preços iniciais poderão ser reajustados mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.7. A data-base para fins de reajustamento será vinculada à **data do orçamento estimado que serviu de referência à contratação**, observada a periodicidade mínima anual.

17.8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir da data dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.9. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou, de qualquer forma, não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação então vigente ou outro índice oficial que melhor reflita a variação dos custos do objeto, mediante justificativa da Administração.

17.10. O reajustamento previsto nesta cláusula não se confunde com a **revisão dos preços para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro**, que poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que presentes e devidamente comprovados os pressupostos legais previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

17.11. A eventual revisão dos preços registrados observará, ainda, as regras de controle de preços e negociação previstas neste Edital e na respectiva Ata de Registro de Preços.

18. DAS REGRAS APLICÁVEIS AO CONTRATO ADMINISTRATIVO

18.1. Serão aplicadas as seguintes regras, no caso de celebração de contrato administrativo:

a) DA CONVOCAÇÃO DA ADJUDICATÁRIA:

a.1) A adjudicatária será convocada para comparecer junto à Seção de Contratos e Atas da Coordenadoria de Compras e Licitações, na Prefeitura do Município de São José dos Quatro Marcos, para assinatura pelo proprietário ou representante legal no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da convocação formal que poderá ocorrer por *e-mail*, telefone ou outros meios de comunicação disponíveis;

a.2) O contrato poderá ser encaminhado por *e-mail* pela Seção de Contratos e Atas para assinatura digital pelo proprietário ou representante legal indicado pela mesma;

a.2.1. Neste caso, a adjudicatária deverá devolver o contrato assinado digitalmente ao *e-mail* <licitacao@saojosedosquatromarcos.mt.gov.br> no prazo estipulado, sob pena de decair do direito à contratação nos termos do item a.5 abaixo.

a.3) Depois de colhidas as assinaturas das partes, será encaminhada uma via no formato digital à contratada;

a.5). No caso da adjudicatária, se convocada, não assinar o contrato, vindo a decair do direito a execução do objeto da licitação, a Administração Pública poderá revogá-la ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem em que foram classificados, para contratar em igual prazo;

a.6). Ocorrendo a convocação para assinatura, o prazo acima estipulado terá início no dia subsequente ao da convocação, seja por *e-mail*, telefone ou qualquer outro meio de comunicação com a adjudicatária;

a.7) Além das situações previstas acima, o contrato pode(rão) ser cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, nos seguintes casos:

a.7.1. Pela Administração Pública, quando houver razões de interesse público, devidamente fundamentada;

a.7.2. Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao contrato.

a.8) A comunicação do cancelamento ou da suspensão do contrato, nos casos previstos nos itens acima, será feita via *e-mail* e publicação no site do Diário Oficial dos Municípios.

b) DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO:

b.1) O prazo de vigência do contrato, quando firmado, será o definido no Termo de Referência anexo ao Edital, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual.

c) DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

c.1). É responsabilidade do gestor de contratos ou ordenador de despesas da Secretaria Demandante indicar o fiscal de contrato, que é agente essencial no acompanhamento da execução da prestação dos serviços ou aquisição de material, cabendo-lhe garantir o cumprimento de cada etapa e cláusulas contratuais, realizando registros e determinando em tempo hábil a correção de falhas que possam impactar no resultado pretendido pela Administração Pública.

c.2) O fiscal deverá atender aos seguintes requisitos:

c.2.1. Ser, preferencialmente, servidor de cargo de provimento efetivo e que possua conhecimento sobre o objeto do contrato a fiscalizar;

c.2.2. Tenha atribuições de seu cargo relacionadas ao objeto do contrato ou possua formação técnica ou acadêmica compatível com a complexidade do contrato, comprovado na sua pasta funcional;

c.2.3. Não seja cônjuge ou companheiro do contratado nem tenha com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil;

c.2.4. Tenha recebido capacitação específica para o exercício da fiscalização de contrato ou demonstre conhecimento e experiência na execução de contrato;

c.2.5. Não tenha sofrido nenhuma pena ou sanção(ões) disciplinar(es) ou administrativa nos últimos três exercícios.

c.3) A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação a qualidade dos materiais/serviços, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições à elas relativas.

c.4). Na fiscalização do contrato será permitida a assistência de terceiros indicados pela Secretaria Demandante.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado de acordo com o que dispõe o Termo de Referência do presente Edital, mediante o atesto da Nota Fiscal pela Secretaria Solicitante.

19.2. Para recebimento, deverão ser apresentadas as seguintes certidões de regularidade fiscal:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos referente à União e contribuições previdenciárias;
b) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;
c) Certidões Negativas de Débitos junto à Fazenda Estadual do domicílio sede do licitante vencedor;
d) Certidões Negativas de Débito Trabalhista – TST;

19.3. Conforme Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, a Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos - MT, os órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações, ao efetuarem pagamento à pessoa física ou jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado, deverão proceder à retenção do imposto de renda (IR).

19.4. No caso de prestação de serviços com fornecimento de materiais, as Notas Fiscais emitidas pela Contratada deverão discriminar em seu corpo o preço dos materiais e dos serviços, separadamente.

19.5. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/faturas, estas serão devolvidas para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das Notas Fiscais/faturas.

19.6. A Administração Pública não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "*factoring*";

19.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do detentor da Ata.

19.8. Nenhum pagamento isentará o detentor da Ata das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos recebidos, caso seja contatado que apresentaram alguma desconformidade.

20. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

20.1. As condições de cumprimento do objeto estão expressas no Termo de Referência anexo ao Edital, devendo os licitantes se atentar para o mesmo, não podendo alegar desconhecimento em conformidade.

21. DAS SANÇÕES/PENALIDADES

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei N.º 14.133/2021 o licitante/adjudicatário que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração Pública, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação(ões) exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) Apresentar declaração(ões) ou documentação(ões) falsa exigida para o certame ou prestar declaração(ões) falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

m) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei N.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato/Ata;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

21.4. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.5. O atraso injustificado na entrega do material/execução do serviço sujeitará o fornecedor, a juízo da Administração Pública, a multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 30% (trinta por cento).

21.6. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

21.7. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que o fornecedor possuir com o Município e poderá cumular com as demais sanções administrativas.

21.8. Se o contratado não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que o contratado possuir com o Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Geral do Município;

21.9. A aplicação das sanções previstas nesta Seção não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.10. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.11. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, bem como, a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, procedendo-se de acordo com as disposições contidas no artigo 158 da Lei N.º 14.133/2021.

21.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei N.º 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial **e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos(às) seus(uas) administradores e sócios com**

poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21.13. O Município deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas para fins de inclusão nos cadastros instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, nos termos do artigo 161 da Lei N.º 14.133/2021.

22. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

22.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao(à) pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por forma eletrônica, pelo site <www.licitanet.com.br>.

22.2. Caberá ao(à) pregoeiro decidir sobre os pedidos de esclarecimento e impugnações no prazo de **até 03 (três) dias úteis**, limitados ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

22.3. Acolhida a impugnação, no caso de necessárias alterações, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.4. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

22.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações prestadas pelo pregoeiro serão disponibilizados através da plataforma LICITANET, permanecendo entranhadas nos autos do processo licitatório, disponíveis para consulta por qualquer(aisquer) interessado.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Da sessão pública do pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – Distrito Federal.

23.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, devendo acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, observando as mensagens emitidas pelo sistema e/ou pelo pregoeiro.

23.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não altere a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a(à) todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.6. Neste fica vedado a terceirização dos serviços à serem contratados.

23.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse e necessidade da Administração Pública, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a

Administração Pública não será, em nenhum caso, responsável por estes, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando e vencendo os prazos em dias de expediente na Administração Pública.

23.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.13. O Edital será disponibilizado na plataforma LICITANET, acessada em <www.licitanet.com.br>; No site oficial do município, acessado em <www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br >, no seguinte caminho: **Portal Transparência** > **Licitações > Licitações em andamento**.

23.14. A participação no certame implicará ciência e aceitação das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, das quais **o participante não poderá alegar desconhecimento**.

23.15. Caberá ao(à) licitante acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

24. DOS ANEXOS AO EDITAL

24.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO II – Modelo de Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação (somente para serviços, inclusive de engenharia);

ANEXO III – Modelo de Declaração de compromisso de contratação de pessoas presas ou egressas do sistema prisional (somente para obras, serviços de engenharia ou para a contratação de serviços terceirizados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra);

ANEXO IV - Minuta de Ata de Registro de Preços;

ANEXO V - Termo de Referência;

25. SEÇÃO XXIII – DO FORO

25.1. As questões decorrentes do presente Edital que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

São José dos Quatro Marcos/MT, 08 de setembro de 2026

_____

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

ANEXO I

(MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS - SUGESTÃO)

Tipo: MENOR PREÇO UNITÁRIO
Nome de Fantasia: _____
Razão Social: _____
CNPJ: _____ OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO ( )
Enquadrado conforme Lei Complementar 123/2006: ( ) MEI ( )ME ( ) EPP
Endereço: _____
Bairro: _____ Município: _____
Estado: _____ CEP: _____
Fone: (___) _____ E-mail: _____
Conta Corrente N.º _____ Agência N.º. _____ Banco: _____
Nome completo do responsável legal da empresa:_____
CPF: _____ RG: _____ CELULAR: (__) _____

IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS DOS QUAIS FOI VENCEDOR:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Unit	Total
xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx

O prazo de validade da proposta é de **90 (noventa)** dias a partir da data de sua abertura.
Declaramos que estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas, quando for o caso.
DECLARAMOS ainda, **nos termos da Lei N.º 14.133/21, artigo 63, § 1º** que a presente proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (A presente declaração deverá constar da proposta anexada com os documentos de habilitação;

Local e data

_____
Carimbo da empresa/Assinatura do responsável

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE QUE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DESTA LICITAÇÃO.

(Somente para serviços, inclusive de engenharia)

Declaramos, para fins de participação no Pregão Eletrônico N.º ____/2026 que a empresa _____, CNPJ _____, através de seu representante legal, _____ (cargo/função que desempenha na empresa), CPF _____, tomou conhecimento de todas as informações e principalmente, das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, ciente de que não caberá qualquer alegação posterior de dificuldades ou quaisquer outros impedimentos para execução completa da obra/serviço.

_____, ___ de _____ de 2026.

_____

(Representante)

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PRESAS OU EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL

(Somente para obras, serviços de engenharia ou para a contratação de serviços terceirizados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra)

A empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o N.º_____, declara que caso logre êxito na licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026, contratará, em cada contrato firmado, o percentual de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional para o cumprimento dos objetos pactuados, conforme abaixo, nos termos do art. 6º do Decreto nº 9.450, de 24 de julho de 2018 e do art. 2 do Decreto Municipal nº 199, de 21 de dezembro de 2023.

O atendimento aos percentuais previstos está condicionado a disponibilidade de pessoas presas ou egressas aptas à execução do trabalho, conforme disponibilização através de cadastro mantido pela Fundação Nova Chance - FUNAC, entidade responsável pelo encaminhamento do recuperando para o trabalho no Estado de Mato Grosso, ou ainda outro órgão ou entidade congênere.

_____, ___ de _____ de 2026.

_____

Representante

Nome:

CPF:

ANEXO IV

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS/MT
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.°____/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º____/2026
PROCESSO LICITATÓRIO _____/2026

LICITANET
LICITAÇÕES ON-LINE

No dia ___ de _____ de 2026, no MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS/MT, inscrito(a) no CNPJ 15.024.029/0001-80, com sede à AV DR GUILHERME PINTO CARDOSO n° 539 CEP 78285-000 – São José dos Quatro Marcos-MT neste ato legalmente representado por JAMIS SILVA BOLANDIN, portador do CPF n° 9071760XXXX, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da proposta da empresa abaixo qualificada:

Fornecedor:
Representante:

Telefone:

Email:
Endereço:

Item	Descrição	Qtde	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	ValorTotal
1							
2							
3							

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integrante nesta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até ___/___/2026, a contar do dia ___/___/2026.

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS/MT
15.024.029/0001-80

_____
(FORNECEDOR)

CNPJ

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO PARA ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

ITEM	CÓDIGO	CÓG TCE	DESCRIÇÃO	UNID	QTD
1	008.811.546	347233-7	SERVICO DE GESTAO ADMINISTRATIVA - DO TIPO GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEICULOS OFICIAIS	SV	3.000.000

Sendo aproximados litros (a quantidade de litros utilizada foi baseada nos gastos de janeiro a julho de 2026)

(ANP: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas) preço referencial da semana até dia 15/08/2026.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR ANP
01	GASOLINA COMUM	LITRO	30.800	R$ 6,72
02	ETANOL	LITRO	11.000	R$ 3,70
03	DIESEL S-10	LITRO	313.000	R$ 7,08
04	DIESEL COMUM	LITRO	40.000	R$ 6,64

3. JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por finalidade o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, controle e administração, por meio de sistema informatizado e integrado, para o abastecimento de combustíveis e para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos

e máquinas pertencentes à frota do Município de São José dos Quatro Marcos – MT, incluindo o gerenciamento da rede credenciada necessária à execução dos serviços.

A contratação mostra-se necessária em razão da necessidade permanente da Administração Municipal de assegurar o adequado funcionamento de sua frota, composta por veículos leves, veículos utilitários, caminhões, máquinas, equipamentos e demais veículos utilizados pelas diversas Secretarias e setores municipais para o desempenho de suas atividades administrativas e operacionais.

Os veículos e máquinas municipais constituem instrumentos indispensáveis à execução dos serviços públicos, sendo utilizados, entre outras finalidades, no transporte de servidores, pacientes, alunos, materiais e equipamentos, atendimento às demandas das Secretarias Municipais, execução e manutenção de obras e serviços públicos, conservação de estradas e vias urbanas e rurais, atividades de fiscalização, assistência social, saúde, educação, agricultura, infraestrutura, saneamento e demais ações de interesse público.

Dessa forma, a indisponibilidade de veículos e máquinas, seja em razão da falta de combustível ou decorrente de problemas mecânicos, elétricos, hidráulicos, eletrônicos, pneumáticos ou de qualquer outra natureza, pode comprometer diretamente a continuidade e a eficiência dos serviços públicos municipais.

Nesse contexto, torna-se imprescindível que o Município disponha de mecanismo eficiente para o gerenciamento do abastecimento e da manutenção de sua frota, possibilitando o controle adequado das despesas, a fiscalização dos serviços executados, a identificação dos veículos e usuários, o acompanhamento dos serviços realizados e a obtenção de informações gerenciais que auxiliem a Administração na tomada de decisões.

A utilização de sistema informatizado e integrado de gerenciamento possibilita maior controle sobre toda a operação, permitindo o acompanhamento das despesas individualmente por veículo, máquina, Secretaria, unidade administrativa e tipo de serviço ou combustível, bem como o registro das operações realizadas, quilometragem, horímetro, quantidade abastecida, valores, datas, locais, identificação do veículo e demais informações necessárias à adequada fiscalização contratual.

Além disso, o sistema possibilitará à Administração acompanhar de maneira mais eficiente os gastos relacionados à frota, identificar possíveis inconsistências, controlar o consumo de combustível, acompanhar a periodicidade das manutenções e estabelecer mecanismos de prevenção de despesas desnecessárias, contribuindo para a racionalização dos recursos públicos.

O abastecimento dos veículos e máquinas é condição essencial para a continuidade das atividades desenvolvidas pelo Município. Considerando que a frota é utilizada diariamente pelas diversas Secretarias Municipais, existe demanda recorrente por combustíveis, cuja utilização deve ser devidamente controlada para assegurar que os recursos públicos sejam empregados exclusivamente em atividades de interesse da Administração.

A contratação de empresa especializada em gerenciamento possibilitará que os abastecimentos sejam realizados mediante rede credenciada, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pela Administração, permitindo maior capilaridade e facilidade de atendimento.

O sistema deverá possibilitar o registro e o acompanhamento das operações de abastecimento, permitindo à Administração verificar, no mínimo, o veículo abastecido, identificação do usuário, data e horário, estabelecimento credenciado, tipo de combustível, quantidade abastecida, valor unitário e valor total, quilometragem ou horímetro, conforme o caso.

Esse controle é particularmente relevante porque permite comparar o consumo de cada veículo ou máquina com sua utilização, possibilitando identificar situações que demandem averiguação, tais como consumo excessivo, abastecimentos incompatíveis com a capacidade do tanque, lançamentos indevidos ou outras inconsistências.

A adoção de sistema informatizado, portanto, não apenas facilita a execução dos abastecimentos, mas também constitui importante instrumento de **controle, fiscalização, transparência e economicidade**.

A contratação pretendida também se fundamenta na necessidade de assegurar maior eficiência e economicidade na aplicação dos recursos públicos.

O sistema informatizado deverá permitir o acompanhamento dos valores despendidos, possibilitando à Administração identificar os custos individualizados por veículo, máquina, Secretaria e tipo de serviço.

A disponibilização de relatórios e informações gerenciais permitirá maior capacidade de fiscalização dos gastos e contribuirá para a prevenção de despesas incompatíveis com a utilização dos veículos.

A contratação possui caráter relevante para a continuidade das atividades municipais, uma vez que a frota é utilizada de forma permanente pelas diversas Secretarias.

A paralisação ou indisponibilidade de veículos e máquinas pode comprometer serviços essenciais e atividades administrativas e operacionais, razão pela qual a Administração deve adotar medidas preventivas para garantir a disponibilidade dos bens.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A contratação tem como finalidade proporcionar ao Município uma ferramenta eficiente para o gerenciamento do consumo de combustíveis, permitindo o controle individualizado dos abastecimentos realizados pelos veículos e máquinas pertencentes à frota municipal, bem como o acompanhamento dos respectivos gastos, de forma segura, transparente e rastreável.

A empresa contratada deverá disponibilizar sistema informatizado de gerenciamento, preferencialmente com acesso via internet, destinado aos gestores e fiscais indicados pelo Município, permitindo o acompanhamento das operações em tempo real ou mediante atualização das informações em prazo adequado, possibilitando o controle dos abastecimentos realizados pela frota.

A solução deverá contemplar a disponibilização e manutenção da plataforma tecnológica necessária à execução dos serviços, bem como o gerenciamento da rede credenciada de estabelecimentos fornecedores de combustíveis, de forma que os veículos e máquinas municipais possam ser abastecidos nos estabelecimentos previamente credenciados e autorizados pela contratada.

O sistema deverá permitir o cadastramento individual dos veículos e máquinas, contendo, conforme aplicável, informações como placa, patrimônio, modelo, marca, tipo de combustível utilizado, capacidade do tanque, Secretaria ou unidade administrativa responsável, quilometragem ou horímetro e demais informações necessárias ao controle da frota.

Também deverá ser possível realizar o cadastro dos usuários autorizados a efetuar abastecimentos, estabelecendo mecanismos de identificação e autenticação que reduzam o risco de utilização indevida do sistema.

Para cada abastecimento realizado, deverão ser registradas informações suficientes para permitir a completa identificação e rastreabilidade da operação, incluindo, conforme aplicável, data e horário, estabelecimento credenciado, veículo ou máquina abastecida, usuário responsável, tipo de combustível, quantidade abastecida, valor unitário, valor total, quilometragem ou horímetro informado e demais dados necessários à fiscalização.

A solução deverá possibilitar a adoção de mecanismos de autorização e validação dos abastecimentos, de acordo com os parâmetros definidos pelo Município, podendo contemplar limites de quantidade, frequência, tipo de combustível, identificação do veículo POR MEIO DE CARTÃO MAGNÉTICO, disponibilizado.

O sistema deverá permitir que os responsáveis pela gestão da frota acompanhem os abastecimentos realizados, possibilitando a identificação de operações fora dos padrões esperados e a adoção das providências administrativas necessárias.

Outro aspecto essencial da solução é a possibilidade de acompanhamento individualizado do consumo de combustível, permitindo que o Município obtenha informações por veículo, máquina, Secretaria, unidade administrativa, período, tipo de combustível e estabelecimento credenciado.

A partir dessas informações, a Administração poderá avaliar o consumo da frota, identificar eventuais variações ou inconsistências e adotar medidas para aprimorar a utilização dos recursos públicos.

A empresa contratada deverá disponibilizar ainda relatórios gerenciais e operacionais, permitindo a extração e consulta das informações referentes aos

abastecimentos realizados. Os relatórios deverão possibilitar, entre outras funcionalidades, a identificação do consumo por veículo, máquina e unidade administrativa, os valores gastos, quantidades abastecidas, períodos de abastecimento, estabelecimentos utilizados e demais informações necessárias à gestão e fiscalização do contrato.

A solução deverá proporcionar à Administração condições para realizar a conferência e validação das despesas, permitindo que os dados registrados no sistema sejam utilizados como instrumento auxiliar para a fiscalização e o acompanhamento do faturamento.

A contratada também deverá manter a rede credenciada em condições adequadas de atendimento, buscando garantir que os estabelecimentos disponibilizados possuam condições de fornecer os combustíveis especificados pela Administração, observando os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

A rede de postos credenciados deverá possibilitar o atendimento das necessidades da frota municipal, considerando a localização dos serviços públicos e as rotas normalmente utilizadas pelos veículos e máquinas, de modo a evitar deslocamentos desnecessários exclusivamente para realização de abastecimentos, sendo primordial e indispensável a existência de postos credenciados, do município de São José dos Quatro Marcos- MT, Mirassol d'Oeste, Cáceres, Pontes e Lacerda, Tangará da Serra, Cuiabá, Várzea Grande, Lucas do Rio Verde, Primavera do Leste, Rondonópolis, Campo Verde, Sorriso, Sinop.

A empresa contratada será responsável pela manutenção, atualização e funcionamento adequado da plataforma tecnológica disponibilizada, devendo assegurar a disponibilidade do sistema durante a vigência contratual e prestar o suporte técnico necessário aos servidores municipais responsáveis pela utilização da ferramenta.

Deverá ser disponibilizado suporte técnico e orientação aos usuários, especialmente no início da execução contratual, de forma a possibilitar que os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização da frota utilizem corretamente as funcionalidades do sistema.

A solução deverá ainda possibilitar a aplicação de mecanismos de segurança e controle de acesso, garantindo que as informações sejam disponibilizadas somente aos usuários devidamente autorizados pelo Município, observadas as normas aplicáveis à proteção e ao tratamento de dados.

A contratação deverá contemplar, portanto, todos os recursos necessários ao funcionamento da solução, incluindo sistema informatizado, manutenção da plataforma, suporte técnico, gerenciamento da rede credenciada, mecanismos de controle e autorização, registro das operações, disponibilização de relatórios e demais funcionalidades necessárias ao adequado gerenciamento do abastecimento da frota municipal.

A solução deverá ser estruturada de maneira a reduzir a utilização de controles exclusivamente manuais, centralizando as informações relacionadas ao abastecimento em ambiente informatizado, permitindo maior agilidade na consulta dos dados e proporcionando maior confiabilidade às informações utilizadas pela Administração.

Com a implantação da solução, espera-se que o Município disponha de maior capacidade de planejamento e controle dos gastos com combustíveis, permitindo o acompanhamento sistemático do consumo e contribuindo para a identificação de possíveis inconsistências, desperdícios ou utilização inadequada dos recursos.

Além disso, a solução deverá proporcionar maior transparência, rastreabilidade e eficiência na gestão da frota, uma vez que cada abastecimento poderá ser associado ao respectivo veículo ou máquina, usuário, data, local, quantidade e valor, permitindo que a Administração acompanhe a utilização dos recursos públicos de maneira individualizada.

Dessa forma, a solução proposta não se limita ao simples fornecimento de combustível, mas compreende a prestação de serviço especializado de gerenciamento e controle do abastecimento, mediante utilização de tecnologia informatizada e rede credenciada, constituindo ferramenta de apoio à gestão, fiscalização e racionalização das despesas da frota municipal.

Ao final, pretende-se assegurar que os veículos e máquinas municipais disponham do combustível necessário ao desempenho de suas atividades, ao mesmo tempo em que

a Administração tenha mecanismos adequados para controlar, acompanhar e fiscalizar os respectivos gastos, promovendo maior eficiência, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos.

5. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

A contratada deverá disponibilizar sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento, com acesso pela Administração mediante ambiente seguro e adequado, permitindo o acompanhamento das operações realizadas pela frota municipal.

O sistema deverá possibilitar, no mínimo:

a) cadastramento e gerenciamento dos veículos e máquinas pertencentes à frota municipal;

b) cadastramento dos usuários autorizados a realizar abastecimentos;

c) cadastramento e gerenciamento dos estabelecimentos integrantes da rede credenciada;

d) registro individualizado das operações de abastecimento;

e) identificação do veículo ou máquina abastecida;

f) identificação do usuário responsável pela operação;

g) registro da data e horário do abastecimento;

h) identificação do estabelecimento em que ocorreu a operação;

i) identificação do tipo de combustível utilizado;

j) registro da quantidade abastecida;

k) registro do valor unitário do combustível;

l) registro do valor total da operação;

m) registro da quilometragem do veículo ou horímetro da máquina, quando aplicável;

n) consulta ao histórico de abastecimentos;

o) emissão de relatórios gerenciais e operacionais;

p) acompanhamento dos gastos por veículo, máquina, Secretaria, unidade administrativa e período;

q) possibilidade de estabelecimento de parâmetros e limites de abastecimento;

r) controle de usuários e níveis de acesso;

s) mecanismos de segurança e autenticação;

t) possibilidade de consulta e exportação das informações necessárias à fiscalização;

u) disponibilização de informações necessárias à conferência e validação das despesas.

O sistema deverá ser suficientemente flexível para permitir sua adequação à realidade da frota municipal, possibilitando a inclusão, alteração, exclusão ou inativação de veículos, máquinas e usuários, conforme as necessidades da Administração.

DA IDENTIFICAÇÃO DOS USUÁRIOS

A contratada deverá disponibilizar mecanismos seguros de identificação dos usuários autorizados pelo Município.

Cada usuário deverá possuir identificação individual ou mecanismo equivalente que permita determinar quem realizou ou autorizou determinada operação.

O sistema deverá possibilitar a criação de diferentes níveis de acesso, permitindo que cada servidor tenha acesso somente às funcionalidades compatíveis com suas atribuições.

Deverá ser possível, ainda, bloquear ou inativar usuários que deixem de possuir autorização para utilização da solução.

DO CADASTRO DA FROTA

A contratada deverá realizar o cadastramento inicial dos veículos e máquinas indicados pelo Município, contendo as informações necessárias ao gerenciamento dos abastecimentos.

O cadastro deverá possibilitar, conforme aplicável, o registro de:

- placa;
- número de patrimônio;
- marca;
- modelo;
- ano;
- tipo de veículo ou máquina;
- combustível utilizado;

FlowDocs: 11692 / 2026 - Licitação - Pregão Eletrônico | Anexo: TERMO DE REFERENCIA RETIFICADO.pdf (9/33) 204/228

- capacidade do tanque;
- Secretaria ou unidade responsável;
- quilometragem;
- horímetro, quando aplicável;
- situação do veículo;
- demais informações necessárias ao gerenciamento.

A solução deverá permitir a atualização do cadastro durante a execução contratual, sempre que houver inclusão, substituição, baixa ou alteração de veículos e máquinas da frota municipal.

DA REDE CREDENCIADA

A contratada deverá disponibilizar e gerenciar rede credenciada de estabelecimentos aptos a fornecer os combustíveis necessários à frota municipal.

Os estabelecimentos credenciados deverão possuir condições regulares de funcionamento e estar devidamente autorizados pelos órgãos competentes para comercialização dos combustíveis fornecidos.

A rede credenciada deverá ser suficiente para atender às necessidades do Município, considerando a localização da sede administrativa, das Secretarias, das unidades municipais e as rotas normalmente utilizadas pelos veículos e máquinas.

Os estabelecimentos deverão possuir capacidade de atendimento compatível com a demanda estimada, evitando-se que a insuficiência da rede comprometa a execução dos serviços públicos.

A contratada deverá manter a rede credenciada durante toda a vigência contratual, podendo promover substituições ou inclusões de estabelecimentos sempre que necessário para garantir a continuidade e eficiência do atendimento.

DA QUALIDADE DOS COMBUSTÍVEIS

Os combustíveis fornecidos por meio da rede credenciada deverão atender integralmente às especificações e aos padrões de qualidade estabelecidos pela legislação e pelos órgãos reguladores competentes.

A contratada deverá assegurar que os estabelecimentos integrantes de sua rede credenciada forneçam combustíveis adequados ao tipo especificado para cada veículo ou máquina.

O fornecimento de combustível fora das especificações ou em desconformidade com os padrões legais será de responsabilidade da contratada e/ou do estabelecimento credenciado, sem prejuízo das medidas administrativas e contratuais cabíveis.

DO CONTROLE DE CONSUMO

O sistema deverá permitir o acompanhamento do consumo individualizado de cada veículo e máquina.

A Administração deverá ter acesso a informações que permitam comparar a quantidade de combustível consumida com a quilometragem ou horímetro registrados, quando aplicável.

Deverá ser possível identificar o histórico de consumo por:

- veículo;
- máquina;
- Secretaria;
- unidade administrativa;
- combustível;
- estabelecimento;
- período.

Essas informações deverão possibilitar a identificação de situações que possam demandar análise pela Administração, como consumo excessivo, abastecimentos incompatíveis com a capacidade do tanque ou operações realizadas fora dos padrões previamente estabelecidos.

DOS RELATÓRIOS GERENCIAIS

A contratada deverá disponibilizar relatórios que permitam à Administração acompanhar e fiscalizar a execução do objeto.

Os relatórios deverão possibilitar, no mínimo:

a) consulta aos abastecimentos realizados;

b) identificação dos veículos e máquinas abastecidos;

c) identificação dos usuários;

d) quantidade de combustível consumida;

e) valores gastos;

f) preços unitários;

g) estabelecimentos utilizados;

h) períodos de abastecimento;

i) histórico de consumo;

j) despesas por Secretaria;

k) despesas por veículo ou máquina;

l) informações necessárias à conferência do faturamento.

Sempre que tecnicamente possível, os dados deverão poder ser exportados para formatos eletrônicos usuais, permitindo seu tratamento e utilização pela Administração.

DO SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO

A contratada deverá prestar suporte técnico durante toda a execução contratual, orientando os servidores municipais quanto à utilização do sistema.

Deverá ser realizado treinamento inicial dos servidores indicados pelo Município, abrangendo, no mínimo:

- acesso ao sistema;
- cadastro e gerenciamento de usuários;
- cadastro de veículos e máquinas;
- acompanhamento dos abastecimentos;
- consultas;
- emissão de relatórios;
- fiscalização das operações;
- procedimentos de controle;
- demais funcionalidades necessárias à adequada utilização da solução.

Sempre que houver atualização significativa do sistema ou alteração relevante de suas funcionalidades, a contratada deverá disponibilizar as orientações necessárias aos usuários.

DA SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES

A contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas destinadas a preservar a segurança das informações geradas e armazenadas no sistema.

O acesso às informações deverá ser restrito aos usuários devidamente autorizados pelo Município, de acordo com seus respectivos níveis de permissão.

Deverão ser adotados mecanismos que permitam identificar e rastrear as operações realizadas pelos usuários, especialmente aquelas relacionadas a autorizações, alterações cadastrais e demais ações relevantes.

A contratada deverá manter as informações protegidas contra acesso não autorizado, perda, alteração indevida ou utilização incompatível com a finalidade da contratação.

DA PROTEÇÃO DE DADOS

A execução do contrato deverá observar a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), quando houver tratamento de dados pessoais no âmbito da solução.

A contratada deverá utilizar os dados disponibilizados pelo Município exclusivamente para as finalidades relacionadas à execução do contrato, observando as orientações e determinações da Administração.

Deverá ainda adotar medidas de segurança adequadas para evitar acesso ou tratamento indevido das informações.

DA INTEGRAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A solução deverá permitir a centralização das informações referentes aos abastecimentos realizados pela frota municipal.

As informações deverão permanecer disponíveis para consulta pelos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização durante a vigência contratual.

Ao término da contratação, a Administração deverá ter condições de obter os dados necessários relativos ao histórico das operações realizadas, de modo a evitar a perda das informações geradas durante a execução contratual.

DA EXECUÇÃO DOS ABASTECIMENTOS

Os abastecimentos deverão ser realizados exclusivamente por meio dos estabelecimentos integrantes da rede credenciada e autorizados para atendimento da frota municipal.

O abastecimento deverá ocorrer mediante identificação do veículo ou máquina e do usuário autorizado, observados os procedimentos de segurança e controle estabelecidos no sistema.

O estabelecimento credenciado deverá registrar corretamente as informações da operação, sendo vedada a realização de operações fictícias, lançamentos incompatíveis com o abastecimento efetivamente realizado ou qualquer outra prática que comprometa a confiabilidade das informações.

DO FATURAMENTO E CONFERÊNCIA

A solução deverá permitir que os dados das operações realizadas sejam utilizados como instrumento auxiliar para conferência do faturamento apresentado pela contratada.

A Administração poderá confrontar as informações constantes no sistema com os documentos fiscais e demais documentos apresentados para pagamento.

Somente deverão ser reconhecidas para fins de pagamento as despesas devidamente comprovadas e compatíveis com as operações registradas e autorizadas pela Administração, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.

DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO

A contratada deverá assegurar a continuidade da prestação dos serviços durante toda a vigência contratual, evitando interrupções que possam comprometer o abastecimento dos veículos e máquinas municipais.

Eventuais problemas relacionados à plataforma, rede credenciada ou suporte técnico deverão ser solucionados com a maior brevidade possível.

A empresa deverá possuir estrutura operacional suficiente para atender às demandas do Município durante todo o período contratual.

DA CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

A empresa contratada deverá demonstrar capacidade técnica e operacional compatível com o objeto, comprovando, na forma estabelecida no edital, que possui condições de executar serviços de gerenciamento informatizado de abastecimento.

As exigências de habilitação deverão limitar-se ao necessário para assegurar a capacidade da empresa de executar adequadamente o objeto, evitando-se requisitos excessivos ou desproporcionais que possam restringir a competitividade.

DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A contratada será responsável pela adequada execução dos serviços, incluindo:

a) disponibilização e manutenção do sistema;

b) gerenciamento da rede credenciada;

c) funcionamento da plataforma;

d) suporte técnico;

e) treinamento dos usuários;

f) manutenção dos cadastros necessários;

g) registro adequado das operações;

h) disponibilização das informações e relatórios;

i) adoção de mecanismos de segurança;

j) observância da legislação aplicável;

k) correção de falhas relacionadas à solução contratada;

l) garantia da continuidade dos serviços;

DA VEDAÇÃO À COBRANÇA DE TAXAS INDEVIDAS

A contratada não poderá cobrar do Município valores que não estejam expressamente previstos no instrumento convocatório, na proposta vencedora e no contrato.

Todos os custos necessários à disponibilização e funcionamento da solução, incluindo sistema, suporte técnico, manutenção da plataforma, gerenciamento da rede credenciada e demais recursos necessários à execução do objeto, deverão estar contemplados na proposta da contratada, conforme a estrutura de preços estabelecida no procedimento licitatório.

DA CONTINUIDADE E TRANSIÇÃO CONTRATUAL

A contratada deverá cooperar com a Administração em eventual processo de transição ao término da contratação, fornecendo as informações e dados necessários para evitar a descontinuidade do serviço.

Deverá ser assegurada a disponibilização das informações referentes ao histórico de abastecimentos realizados durante a execução contratual, observadas as disposições do contrato e da legislação aplicável.

DOS REQUISITOS MÍNIMOS DA SOLUÇÃO

Diante das necessidades identificadas, considera-se essencial que a solução contratada contemple, no mínimo:

- sistema informatizado de gerenciamento;
- acesso controlado para usuários autorizados;
- cadastro individualizado da frota;
- cadastro de usuários;
- rede credenciada de postos;
- registro individualizado dos abastecimentos;
- controle de quantidade e valores;
- controle de quilometragem e/ou horímetro;
- histórico de abastecimentos;
- relatórios gerenciais;
- acompanhamento dos gastos;
- mecanismos de autorização e controle;

- suporte técnico;
- treinamento dos usuários;
- manutenção e atualização do sistema;
- mecanismos de segurança;
- proteção das informações;
- possibilidade de exportação dos dados;
- gerenciamento da rede credenciada;
- continuidade operacional;
- atendimento às necessidades de fiscalização e controle do Município.

6. DA EXECUÇÃO

1. DA FORMA DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços compreenderá o gerenciamento informatizado, controle, acompanhamento e intermediação do abastecimento de combustíveis da frota de veículos e máquinas do Município de São José dos Quatro Marcos – MT, mediante utilização de sistema eletrônico de gestão e de rede credenciada de estabelecimentos fornecedores de combustíveis.

A solução deverá permitir que os abastecimentos sejam realizados de forma descentralizada, nos estabelecimentos integrantes da rede credenciada, sem prejuízo do controle centralizado das operações pelo Município.

A contratação deverá assegurar que cada operação de abastecimento seja devidamente identificada, registrada e vinculada ao respectivo veículo ou máquina, usuário autorizado, estabelecimento, data, horário, tipo de combustível, quantidade, preço praticado na bomba e valor efetivamente devido após a aplicação do desconto contratado.

DO CADASTRAMENTO DA FROTA

Após a formalização da contratação, o Município fornecerá à contratada as informações necessárias para o cadastramento da frota.

Deverão ser cadastrados os veículos e máquinas que utilizarão a solução, com informações suficientes para sua individualização e controle.

Sempre que houver aquisição, alienação, substituição, baixa ou alteração de veículos e máquinas durante a vigência contratual, a Administração poderá solicitar a atualização do cadastro.

A inclusão ou exclusão de veículos da frota não poderá comprometer a continuidade da solução.

DA REDE CREDENCIADA

A contratada deverá manter rede credenciada de postos de combustíveis aptos a atender à frota municipal.

Os estabelecimentos deverão estar regularmente constituídos e autorizados para comercialização dos combustíveis correspondentes, observando as normas dos órgãos competentes, inclusive aquelas aplicáveis à qualidade e comercialização de combustíveis.

A rede deverá ser suficiente para atender às necessidades da Administração, levando em consideração a localização do Município, as rotas dos veículos, as atividades desenvolvidas pelas Secretarias e a necessidade de deslocamento da frota.

A contratada será responsável pelo relacionamento e gerenciamento da rede credenciada, devendo garantir que os estabelecimentos estejam aptos a processar as operações por meio do sistema contratado.

A eventual substituição ou inclusão de estabelecimentos deverá ser realizada de modo a não prejudicar a continuidade do abastecimento.

DA FORMA DE ABASTECIMENTO

O abastecimento será realizado diretamente nos postos integrantes da rede credenciada, mediante autorização e identificação do veículo ou máquina e do usuário autorizado.

Antes da realização da operação, o estabelecimento deverá confirmar a identificação do veículo ou máquina e observar os parâmetros definidos no sistema.

O abastecimento deverá ser realizado exclusivamente com o combustível compatível com o veículo ou equipamento cadastrado.

DO PREÇO DE BOMBA DO DIA

Para fins de execução e faturamento, será considerado como referência o preço à vista de bomba efetivamente praticado pelo estabelecimento credenciado no momento da realização do abastecimento, para o respectivo combustível.

O preço considerado deverá corresponder ao preço efetivamente disponibilizado na bomba para venda à vista ao consumidor no momento da operação, **não sendo admitida a utilização de preço fictício**, preço promocional condicionado a circunstância diversa do abastecimento ou qualquer outro valor que não corresponda ao preço efetivamente praticado na bomba para a operação.

O estabelecimento credenciado deverá registrar no sistema o preço unitário praticado na bomba no momento do abastecimento.

O valor registrado deverá permanecer disponível para consulta e fiscalização pelo Município.

Ademais o valor da bomba no dia não pode ultrapassar os valores referências atuais da ANP.

DA APLICAÇÃO DO MAIOR DESCONTO

O critério de julgamento da licitação será o MAIOR DESCONTO PERCENTUAL, aplicado sobre o preço à vista de bomba praticado no momento de cada abastecimento.

O percentual de desconto ofertado pela licitante vencedora será registrado na Ata de Registro de Preços e permanecerá aplicável durante a vigência da contratação, observadas as condições legais para eventual alteração dos preços registrados.

A sistemática será a seguinte:

VALOR A PAGAR = PREÇO À VISTA DE BOMBA DO DIA × (1 – PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO)

Exemplo:

Considerando que determinado combustível esteja sendo comercializado no posto credenciado pelo valor de R$ 6,00 por litro no momento do abastecimento e que a empresa vencedora tenha ofertado desconto de 5%, o valor líquido a ser considerado será:

R$ 6,00 × 5% = R$ 0,30 de desconto por litro.

Assim:

R$ 6,00 – R$ 0,30 = R$ 5,70 por litro.

Caso sejam abastecidos 100 litros:

100 litros × R$ 5,70 = R$ 570,00.

Dessa forma, o desconto será aplicado diretamente sobre o preço de bomba efetivamente praticado no dia do abastecimento.

DA IMPOSSIBILIDADE DE COBRANÇA DE PREÇO SUPERIOR AO DA BOMBA

A contratada não poderá faturar valor superior ao preço à vista efetivamente praticado na bomba do estabelecimento no momento do abastecimento.

Também não poderá utilizar preço diverso daquele registrado na operação para aumentar artificialmente o valor a ser faturado ao Município.

O preço registrado no sistema deverá ser passível de conferência pela fiscalização contratual.

Quando houver divergência entre o preço informado pelo estabelecimento, o preço registrado no sistema e o valor constante da documentação fiscal, a Administração deverá solicitar esclarecimentos e, constatada cobrança indevida, poderá promover a glosa do valor correspondente, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

DA VANTAGEM DO MODELO DE PREÇO DO DIA

A adoção do preço de bomba do dia, com aplicação do percentual de desconto contratado, mostra-se adequada diante da característica dinâmica do mercado de combustíveis, cujos preços podem sofrer variações frequentes.

A utilização de preço variável vinculado ao efetivo preço praticado no estabelecimento evita a necessidade de fixação artificial de preços durante toda a vigência contratual.

O modelo também permite que o Município se beneficie diretamente das reduções eventualmente praticadas pelos postos credenciados, uma vez que o desconto contratado incidirá sobre o preço efetivamente registrado no momento de cada abastecimento.

DA FISCALIZAÇÃO DO PREÇO DE BOMBA

A Administração poderá realizar, a qualquer tempo, diligências destinadas a verificar a compatibilidade dos preços registrados no sistema com aqueles efetivamente praticados nos estabelecimentos credenciados.

A fiscalização poderá ocorrer mediante:

a) consulta ao sistema;

b) conferência dos documentos fiscais;

c) consulta presencial ao estabelecimento;

d) verificação de comprovantes de abastecimento;

e) solicitação de esclarecimentos à contratada;

f) comparação com preços praticados no mercado;

g) demais meios admitidos pela legislação.

A contratada deverá colaborar com a fiscalização, fornecendo os documentos e informações necessários para comprovação dos preços praticados.

DO COMPROVANTE DE ABASTECIMENTO

Após cada abastecimento deverá ser emitido comprovante contendo, no mínimo, informações suficientes para identificação da operação.

O comprovante deverá indicar, sempre que disponível:

- identificação do posto;
- data e hora;
- veículo ou máquina;
- tipo de combustível;
- quantidade;
- preço unitário;
- valor bruto;
- desconto;
- valor líquido;
- identificação da operação.

O comprovante deverá permanecer disponível para consulta e fiscalização.

DO CONTROLE DE QUILOMETRAGEM E HORÍMETRO

Sempre que aplicável, o sistema deverá registrar a quilometragem do veículo no momento do abastecimento ou o horímetro da máquina.

Essas informações serão utilizadas para acompanhamento do consumo e do desempenho da frota.

A Administração poderá utilizar os dados para identificar variações de consumo e possíveis inconsistências.

Quando identificada diferença significativa entre a quilometragem ou horímetro informado em abastecimentos sucessivos, a fiscalização poderá solicitar esclarecimentos ao responsável pelo veículo ou à unidade administrativa correspondente.

DA EMISSÃO DE RELATÓRIOS

A contratada deverá disponibilizar relatórios gerenciais capazes de demonstrar, no mínimo:

a) consumo por veículo;

b) consumo por máquina;

c) consumo por Secretaria;

d) consumo por tipo de combustível;

e) gastos por período;

f) gastos por estabelecimento;

g) quantidade total abastecida;

h) preço médio praticado;

i) desconto aplicado;

j) valor total economizado em decorrência do desconto;

k) histórico de abastecimentos;

l) operações realizadas por usuário;

m) demais informações necessárias à fiscalização.

DO FATURAMENTO

O faturamento deverá ser realizado com base nas operações efetivamente realizadas e devidamente registradas.

A nota fiscal deverá ser acompanhada das informações necessárias à conferência dos abastecimentos.

A contratada deverá apresentar demonstrativo detalhado contendo as operações realizadas no período de referência.

O Município realizará a conferência dos dados apresentados antes da liquidação da despesa.

Somente serão reconhecidas para pagamento as operações devidamente comprovadas e compatíveis com os registros do sistema e as autorizações emitidas pela Administração.

A própria administração irá acrescentar os empenhos sujeito apenas a aprovação da empresa.

DA MEMÓRIA DE CÁLCULO

A contratada deverá disponibilizar memória de cálculo suficientemente detalhada para permitir a conferência da aplicação do desconto.

Para cada operação, deverá ser possível identificar:

Preço de bomba: R$ X,XX/L

Desconto contratado: X%

Valor do desconto: R$ X,XX/L

Preço líquido: R$ X,XX/L

Quantidade abastecida: X,XX litros

Valor total líquido: R$ X,XX

Essa sistemática permitirá à fiscalização verificar se o desconto registrado na Ata foi efetivamente aplicado.

DO SUPORTE TÉCNICO

A contratada deverá disponibilizar canal de atendimento para suporte técnico aos usuários indicados pelo Município.

O suporte deverá ser capaz de solucionar problemas relacionados:

- ao acesso ao sistema;
- cadastro;
- autorização de abastecimentos;
- utilização da plataforma;
- rede credenciada;
- registros das operações;
- emissão de relatórios;
- faturamento;
- demais funcionalidades contratadas.

DA IMPLANTAÇÃO

Após a assinatura do instrumento contratual ou emissão da ordem de serviço, a contratada deverá iniciar os procedimentos de implantação da solução.

A implantação deverá compreender:

a) reunião inicial com os responsáveis do Município;

b) levantamento das informações da frota;

c) cadastramento dos veículos e máquinas;

d) cadastramento dos usuários;

e) disponibilização dos acessos;

f) cadastramento e validação da rede credenciada;

g) configuração dos parâmetros de controle;

h) treinamento dos usuários;

i) testes do sistema;

j) início efetivo da operação.

O prazo de implantação deverá ser de 20 dias corridos, visando a continuidade do abastecimento da frota.

DA RESPONSABILIDADE PELO GERENCIAMENTO DA REDE

A contratada será responsável pelo gerenciamento da rede credenciada e deverá adotar as medidas necessárias para garantir o cumprimento das condições estabelecidas no contrato.

A eventual falha de estabelecimento integrante da rede que comprometa a execução do objeto deverá ser imediatamente comunicada e solucionada pela contratada.

A Administração poderá solicitar a substituição ou inclusão de estabelecimento quando constatada insuficiência de atendimento ou descumprimento das condições estabelecidas.

DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Considerando a sistemática adotada pelo MAIOR DESCONTO PERCENTUAL, evitando-se que a disputa fique vinculada apenas à taxa de administração da empresa.

O percentual ofertado deverá representar efetivamente a vantagem econômica que será aplicada aos abastecimentos realizados durante a vigência da Ata.

7. GESTÃO DO CONTRATO

O DETENTOR DA ATA deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

O fiscal da Ata de Registro de Preço anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

A fiscalização será realizada na entrega dos serviços requisitados neste presente termo de referência e posterior edital de acordo a fiscalização será realizada pelo fiscal do contrato servidor da prefeitura municipal, será formalizado a nomeação do fiscal dos contratos a serem elaborados.

A gestão e a fiscalização não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada pela perfeita execução dos serviços, permanecendo esta responsável por todos os encargos, obrigações e consequências decorrentes da execução do objeto.

8. DO PAGAMENTO

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega da prestação dos serviços, observado o cronograma de pagamento estabelecido pela Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos/MT, em conformidade com art. 141 da Lei 14.133/2021.

A Contratada deverá apresentar as seguintes regularidades, acompanhado das notas fiscais ou instrumento de cobrança equivalente:

Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

Certidão de Regularidade de Tributos Municipais;

Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais;

Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimentos de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do critério maior desconto, no caso em tela **maior desconto em bomba**, partindo da porcentagem de **3,76%,** importante ressaltar que a porcentagem de desconto será incidido sobre qualquer tipo de combustível, destaco que os valores de desconto foram coletados através de duas empresas Prime e Link Card em Ata de Registro de Preço e Contratos, cuja respectivamente os descontos são de 5,09 %, 4,10% e 2,11%.

Informo ainda que fora encontrada de forma ativa a Ata de Registro de Preço da Secretaria de Planejamento e Gestão de Mato Grosso, desconto de 6,27%, não fora utilizada pois o valor de desconto não condiz com a realidade da nossa região.

10. ESTIMATIVA DE VALOR

Estima-se o valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões).

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORGÃO	UNID	PROJ/ATIV	DESCRIÇÃO	CATEGORIA	FONTE
02	02	2005	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE GABINETE	3.3.90	500
02	03	2015	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	3.3.90	500
02	04	2023	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	3.3.90	500
02	05	2193	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	3.3.90	500
02	06	2195	MANUTENÇAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	3.3.90	500
02	07	2044	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE FOMENTO AGROP. IND. E COMERCIO	3.3.90	500
02	08	2048	MANUTENÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DA SAÚDE	3.3.90	500
02	09	2071	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.3.90	500

12. PRAZO DE VALIDADE

O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura, caso seja feito contrato, a data de validade será de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do mesmo, levando em consideração o prazo de eventuais prorrogações.

13. DA GARANTIA

Considerando a natureza do objeto, que consiste na prestação de serviço de gerenciamento informatizado do abastecimento de combustíveis da frota municipal, a garantia deverá estar relacionada à **continuidade, disponibilidade, segurança e adequado funcionamento da solução contratada durante toda a vigência da contratação**.

A contratada deverá garantir o pleno funcionamento do sistema informatizado disponibilizado ao Município, bem como a manutenção da rede credenciada necessária à execução dos abastecimentos, não podendo ocorrer interrupções injustificadas que comprometam o atendimento da frota municipal.

A contratada deverá assegurar que as informações registradas no sistema sejam completas, corretas, seguras e passíveis de consulta e fiscalização pelos servidores devidamente autorizados pelo Município.

Eventuais falhas, indisponibilidades ou inconsistências relacionadas ao sistema deverão ser comunicadas e solucionadas pela contratada no menor prazo possível, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

A contratada deverá garantir, durante toda a vigência contratual:

- o funcionamento adequado do sistema informatizado;
- a disponibilidade dos dados e registros dos abastecimentos;
- a segurança das informações;
- o controle de acesso dos usuários;
- a manutenção da rede credenciada;

- o suporte técnico aos usuários indicados pelo Município;
- a correção de falhas identificadas no sistema;
- a aplicação correta do percentual de desconto contratado;
- a correta contabilização e registro das operações realizadas;
- a disponibilidade dos relatórios necessários à fiscalização;
- a continuidade dos serviços de gerenciamento.

Na hipótese de falha no sistema que impeça o registro ou acompanhamento dos abastecimentos, a contratada deverá disponibilizar mecanismo alternativo ou procedimento de contingência previamente aprovado pela Administração, de modo a evitar a interrupção dos serviços essenciais, devendo as operações realizadas durante o período de contingência ser posteriormente registradas e regularizadas no sistema.

A contratada também deverá garantir que os estabelecimentos integrantes da rede credenciada estejam aptos a realizar os abastecimentos nos termos estabelecidos no contrato, responsabilizando-se pela manutenção e gerenciamento da rede necessária à execução do objeto.

Caso seja constatada falha na prestação dos serviços, indisponibilidade injustificada do sistema, perda de informações, cobrança indevida, aplicação incorreta do desconto ou qualquer outra desconformidade imputável à contratada, esta deverá promover a imediata correção, sem transferência de custos adicionais ao Município, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas e contratuais cabíveis.

A garantia prevista neste item não afasta a responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto, nem impede a aplicação das sanções previstas na legislação, no edital e no contrato quando constatado descumprimento das obrigações assumidas.

Por se tratar de serviço de gerenciamento contínuo, **a garantia deverá permanecer válida durante todo o período de execução contratual**, abrangendo todas as funcionalidades e obrigações necessárias ao adequado funcionamento da solução contratada.

14. LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Os serviços deverão ser prestados de forma indispensável nos municípios de São José dos Quatro Marcos- MT, Mirassol d'Oeste, Cáceres, Pontes e Lacerda, Tangará da Serra, Cuiabá, Várzea Grande, Lucas do Rio Verde, Primavera do Leste, Rondonópolis, Campo Verde, Sorriso, Sinop, os demais casos necessários serão informados antecedentemente com prazo hábil de 20 dias uteis para verificação de possibilidade de abastecimento na localidade.

15. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA CONTRATAÇÃO

a) O contrato a ser firmado entre a Prefeitura Municipal De São José Dos Quatro Marcos e a licitante vencedora do certame incluirá as condições estabelecidas neste termo de referência e edital, outras necessárias a fiel execução do objeto desta licitação, não ficando na obrigação da prefeitura a aquisição do quantitativo total estipulado os itens da presente proposta.
b) A Prefeitura Municipal poderá solicitar empenho conforme suas necessidades dentro da vigência deste.
c) A empresa vencedora fornecerá os produtos e/ou serviços eventualmente adquiridos presentes nos termos de aquisição do objeto neste termo de referência e edital e ficará responsável pela entrega na qualidade e na sua totalidade conforme a requisição;
d) Observar, na emissão das notas fiscais para pagamento, o disposto pela legislação tributária do município e as regras de retenção do Imposto de Renda, dispostas na Instrução Normativa nº RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
b) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está

obrigada, exceto nas condições autorizadas no termo de referência ou na minuta de contrato;

c) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/2021;

d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);

e) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

f) Responsabilizar-se, independente dos motivos de falta de seus empregados, pela entrega de todos os produtos especificados;

g) Manter em dia o pagamento do salário do pessoal alocado aos serviços, bem como dos respectivos encargos social, que são de sua inteira responsabilidade;

h) Responder por qualquer acidente de que possam ser autores ou vítimas seus empregados, bem como terceiros;

i) Responder pelos danos, dolosos ou culposos, causados pelos seus empregados aos bens da prefeitura municipal durante o período da entrega dos produtos.

j) Reparar, as suas expensas, os produtos e serviços rejeitados pela administração, por terem sido entregues em desacordo com as especificações normas aplicáveis ou com as boas técnicas;

k) Comunicar a prefeitura municipal através do gestor da pasta, a ocorrência de qualquer fato ou condições que possam atrasar ou impedir a logística de entrega dos produtos e serviços, no todo ou em parte, de acordo com os prazos estabelecidos, indicando as medidas para corrigir a situação.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Receber o objeto requisitado, disponibilizando local, data e horário;

b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

c) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos produtos e serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

d) Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução da entrega dos produtos ou serviços, fixando prazo para a sua correção;

e) Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

f) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos e serviços recebidos com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

g) Efetuar o pagamento no prazo previsto neste termo de referência e posterior edital.

18. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A licitante deverá apresentar **01 (um) atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a experiência anterior na execução de serviços compatíveis em características e complexidade com o objeto desta contratação, especialmente relacionados ao **gerenciamento informatizado de abastecimento de combustíveis, mediante utilização de sistema eletrônico**, demonstrando que a empresa possui capacidade técnica e operacional para executar satisfatoriamente os serviços objeto da presente contratação.

São José dos Quatro Marcos – MT, 21 de agosto de 2026.

_____

Amanda Barbosa Sicóti
Chefe de Departamento de Compras
Portaria nº 440/2023